



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Campos de concentração no Ceará (1915, 1932): Histórias apagadas do processo de urbanização de Fortaleza

Laura Belik
University of California, Berkeley

Sessão Temática 06: Cidade, história e identidade cultural

Resumo. Este artigo traz à tona a quase desconhecida e escassamente documentada história dos Campos de Concentração do Ceará no início do século XX. Estes espaços temporários construídos em 1915 e 1932 abrigaram mais de 150.000 refugiados fugindo das secas do sertão Nordeste em busca de melhores condições em Fortaleza, a capital. Os campos foram oficialmente instituídos pelo governo como locais para ajuda humanitária, mas também refletiam a pressão das elites e autoridades locais quanto a organização e controle dos retirantes, se aproveitando de sua força de trabalho como mão-de-obra barata para obras públicas de infraestrutura. A construção dos campos foi, portanto, estabelecida como forma de atender as populações refugiadas carentes, ao mesmo tempo em que buscava investir em ideais mais amplos de modernização, progresso e desenvolvimento regional. Com o fim das secas, as instalações dos campos foram desmanteladas, e as histórias desses espaços e das pessoas que os vivenciaram foram, em sua maioria, perdidas e esquecidas. O apagamento e o não reconhecimento dos campos de concentração cearenses reflete a perpetuação de narrativas hegemônicas sobre a formação histórica de nossas cidades, muitas vezes silenciando as vozes e experiências daquelas populações subalternas que, verdadeiramente, foram as protagonistas na construção destes espaços.

Palavras-chave: Campos de concentração; Nordeste; memória; infraestrutura; retirantes

Concentration camps in Ceará (1915, 1932): Hidden histories of the urbanization process of Fortaleza

Abstract. This paper brings to light the little known and scarcely documented history of the Concentration Camps in Ceará state in the early 20th Century. These temporary constructions built in 1915 and 1932 mobilized and sheltered more than 150.000 displaced populations from the inlands fleeing severe drought periods as climate refugees. Camps operated and became institutionalized as sites for aid, but also for the organization and control of cheap labor force. This governmental strategy of building the camps was officially established as a way for dealing with refugee populations in need, while also seeking to invest in larger ideals of modernization, progress and development of the country, using refugee's workforce for infrastructural improvements. Once the droughts were over, camps' facilities were dismantled, and the histories of these spaces and the people who experienced them are mostly forgotten. The erasure and non-recognition of Ceará's concentration camps also reflect how we perpetuate hegemonic narratives regarding our city's history, and in doing so, we often silence the voices and

experiences of those subaltern populations who, truly were the protagonists building these spaces.

Keywords: Concentration camps; Northeast Brazil; Memory; Infrastructure; climate refugees

Campos de concentración en Ceará (1915, 1932): historias borradas del proceso de urbanización en Fortaleza

Resumen. *Este artículo enfoca la historia poco conocida y escasamente documentada de los Campos de Concentración en el estado de Ceará a principios del siglo XX. Estas construcciones temporales construidas en 1915 y 1932 movilizaron y albergaron a más de 150.000 personas desplazadas del interior que huían de severas sequías como refugiados climáticos. Los campamentos funcionaron y se institucionalizaron como lugares de ayuda, pero también para la organización y el control de mano de obra barata. Esta estrategia gubernamental de construir los campamentos se estableció oficialmente como una forma de tratar con las poblaciones de refugiados necesitadas, al tiempo que buscaba invertir en ideales más amplios de modernización, progreso y desarrollo del país, utilizando la mano de obra de los refugiados para mejoras de infraestructura. Una vez que terminaron las sequías, las instalaciones de los campos fueron desmanteladas y las historias de estos espacios y las personas que los vivieron se olvidaron en su mayoría. El borrado y el no reconocimiento de los campos de concentración de Ceará también reflejan cómo perpetuamos narrativas hegemónicas sobre la historia de nuestras ciudades y, al hacerlo, muchas veces silenciamos las voces y experiencias de aquellas poblaciones subalternas que, verdaderamente, fueron las protagonistas de la construcción de estos espacios.*

Palabras clave: Campos de concentración; Nordeste de Brasil; Memoria; Infraestructura; refugiados climáticos

1. Introdução

Desde o final da década de 1870 até o início da década de 1930, o nordeste do Brasil testemunhou alguns dos períodos de seca mais severos já registrados, popularmente conhecidos como os *anos terríveis* (1877/1915/1932). Grupos de famílias migrantes do interior, os sertanejos, que trabalhavam com gado e produção agrícola nas fazendas da região, foram obrigados a migrar para o litoral e para as capitais nordestinas. Os moradores dessas cidades chamaram os refugiados da seca de flagelados, termo depreciativo usado estrategicamente para reforçar sua posição como pobres e sem-terra. Como resposta a este estado de emergência, governos locais e autoridades nacionais tentaram estabelecer estratégias para lidar com as populações refugiadas, ao mesmo tempo em que procuraram investir em ideais mais amplos de modernização, progresso e desenvolvimento (ALMEIDA, 1934, p.161). As consequências da vulnerabilidade climática, a recente abolição do trabalho escravo no país (1888) e o impulso para a construção rápida de novas infraestruturas levaram à “indústria da seca”¹, na qual o Estado usou pessoas sem-terra em condição de pobreza como mão-de-obra barata para construção de infraestrutura pública (ver figura 1).

Com foco no estado do Ceará, este artigo chama a atenção para a história das populações sertanejas refugiadas da seca, popularmente conhecidas como *flagelados*, e as formas com que os governos locais e nacionais lidaram com a crise migratória, culminando na construção dos primeiros campos de concentração em 1915 e, posteriormente, em 1932. Eu argumento que os

campos tiveram um papel importante na construção da infraestrutura brasileira e devem ser considerados locais cruciais na história da modernização do país, e que o apagamento e não-reconhecimento destes espaços reflete também a perpetuação de uma narrativa hegemônica e o apagamento das vozes e experiências de populações em condições subalternas, apesar destes serem os protagonistas responsáveis pela construção do Brasil Moderno. Este artigo apresenta o contexto social e histórico da criação dos campos de concentração e acompanha o funcionamento e institucionalização destes espaços como locais de organização e controle dos flagelados como força de trabalho. Meu objetivo é enfatizar a história desses campos e das pessoas que os frequentaram, principalmente através da análise da sua espacialidade, suas múltiplas escalas e perspectivas e sua relação com o que significava construir infraestrutura no Brasil na primeira metade do século XX.



Figura 1. Trabalhadores na construção da estrada de ferro pertencente a Rede de Viação Cearense, fevereiro 1920. (Fonte: Biblioteca Nacional/Brasiliiana Fotográfica)

2. Migração e ordem política

Ao longo dos anos, várias tentativas foram feitas pelos governos locais e nacionais para lidar com o impacto das secas da região Nordeste do Brasil na população sertaneja local. Muitas vezes os sertanejos atingidos sobreviviam migrando para outros estados, ou dentro do seu próprio estado, buscando a região costeira ou as capitais regionais. A seca de 1877 marcou um momento importante na história do Ceará. Esta foi a primeira vez que grandes grupos de migrantes foram direcionados para as cidades, em vez de migrarem para outras áreas rurais do interior do estado. “A migração em 1877 não era mais o movimento entre terras secas e áreas úmidas, mas entre o campo e as cidades” (NEVES, 2000, p.50). Embora a seca fosse certamente uma questão ambiental, seu impacto e seus efeitos tiveram profundas implicações sociais e políticas. As

autoridades governamentais tinham poucas ferramentas à sua disposição para superar o período de seca e voltaram suas atenções para o controle da circulação de refugiados, principalmente em relação à sua chegada em Fortaleza, capital do Ceará.

Na virada do século XX, essa enorme onda migratória aumentou a população de Fortaleza de 25.000 para 114.000 pessoas (NEVES, 2000, p.48). O crescimento repentino da cidade coincidiu com um período de reformas na capital, influenciado por movimentos como o da *Belle Époque* europeia, quando salões, clubes e cafés se tornavam cada vez mais populares entre os intelectuais e as elites (GIRÃO, 1997, p.181). A burguesia de Fortaleza desempenhou um papel importante e influente no governo local, persuadindo as decisões relacionadas à forma como a cidade estava sendo construída e administrada. Embora a burguesia local nunca tenha sido um grupo totalmente coeso ou unificado, todos concordavam que a chegada em massa de flagelados à capital representava um risco significativo para a ordem estabelecida, vendo esse grupo de migrantes como uma multidão de pessoas prontas para o crime e a violência². Como resposta, as autoridades locais designaram áreas específicas da cidade para reunir, isolar, controlar e assistir esse grupo de pessoas: os abarracamentos e, posteriormente, os campos de concentração.

3. Modernizando Fortaleza

A proposta dos abarracamentos, em 1878, e dos campos de concentração, em 1915, começou como uma estratégia urbana de modernização da capital Fortaleza. Envoltos no nobre manto de uma política de “assistência”, a concentração de migrantes em locais específicos se desenrolou principalmente como um método de zoneamento para controlar assentamentos, e garantir seu saneamento e gestão de doenças. Autoridades locais selecionaram espaços estratégicos para isolar esse grupo de recém-chegados do contato com o centro da cidade.

Em 1863, o arquiteto Adolfo Herbster foi contratado para projetar e implementar um plano diretor (plano de expansão e crescimento) para Fortaleza, focando particularmente na higiene, ordem moral e melhorias de infraestrutura da cidade, ideias inspiradas no plano do Barão Haussmann de 1853 para Paris. Fortaleza estava crescendo e enriquecendo com o comércio e exportação de algodão, uma atividade ainda baseada na exploração de trabalho escravo. Apesar do período de prosperidade e ascensão comercial e econômica, a árdua seca de 1877 foi custosa, e com ela vieram as primeiras levas dos grandes fluxos de migrantes para Fortaleza, mudando rapidamente a dinâmica da cidade³. Seguindo princípios semelhantes de organização espacial do plano de Herbster, o governo local respondeu à crise isolando os flagelados. Foram estabelecidos uma série de treze “abarracamentos” dentro dos limites da cidade. Esses espaços abrigavam migrantes que chegavam do sertão, servindo também como um local de recrutamento de mão de obra barata para construção de obras públicas, como barragens, prédios cívicos e obras de saneamento⁴. As autoridades locais justificavam os baixos salários oferecidos através da ajuda que já estavam prestando aos refugiados nos abarracamentos, com um espaço para repouso e distribuição de comida (ANDRADE, 2012, p.132).

O historiador Frederico de Castro Neves destaca como a instalação dessas obras públicas na capital e seus arredores serviu a dois propósitos: primeiro, proporcionou o tão necessário emprego aos migrantes, por mais baixos que fossem os salários, cumprindo uma função moralizante explícita que seria evitar o ócio; e, segundo, justificou o direcionamento de dinheiro público para a distribuição de apoio a população e à cidade de uma forma não apenas beneficente, mas também contribuindo para melhorias e modernização locais (NEVES, 2000, p.52). Outra característica importante dos abarracamentos tinha a ver com o controle de uma população recém-proletarizada. Ao manter um olhar atento sobre os migrantes, as autoridades buscavam evitar revoltas e rebeliões e reduzir crimes e atividades consideradas “imorais” (AZEVEDO, 2011, p.11). A historiadora Kênia Sousa Rios argumenta que o controle dos flagelados e o desenvolvimento da cidade foram processos profundamente emaranhados; os projetos de renovação urbana produziram benefícios públicos ao mesmo tempo em que proporcionaram a oportunidade de submeter os refugiados das secas a um regime de disciplina e trabalho (RIOS, 2014, p. 46).

4. A mudança dos abarracamentos para os campos em 1915

No início dos anos 1900, uma série de desenvolvimentos tecnológicos transformou a vida de Fortaleza, incluindo a chegada de esgoto e saneamento (1908), automóveis (1909), bondes elétricos (1913) e iluminação elétrica em espaços públicos e privados (1913) (ANDRADE, 2012, p.167) (ver figura 2). A chegada do próximo grande período de secas em 1915, e a vinda de uma nova leva de migrantes para uma Fortaleza agora recém-modernizada, levaram o governo a repensar o arranjo dos abarracamentos. A nova ordem era promover a concentração dos refugiados em um local único e isolado na periferia da capital: o campo de concentração do Alagadiço. Segundo o governador coronel Benjamin Barroso (1914-1916), essas medidas facilitariam a assistência aos refugiados, permitindo também um tratamento melhor e mais humano para essa população, centralizando a distribuição de alimentos, abrigo e serviços públicos. No entanto, o influxo de migrantes revelou-se superior ao esperado, e o campo do Alagadiço que foi inicialmente concebido para acolher cerca de três mil pessoas, acabou registrando mais de oito mil refugiados dividindo um espaço único e restrito (NEVES, 1995, p.96). Tanto os abarracamentos da virada do século, quanto os campos de concentração de 1915 em Fortaleza careciam das mais básicas condições higiênicas, reunindo grandes grupos de pessoas em construções efêmeras e precárias, feitas no improviso. Flagelados se abrigavam em frágeis estruturas de madeira cobertas com palha, ou simplesmente se acomodavam sob a sombra de cajueiros e mangueiras (NEVES, 2000, p.48; QUEIROZ, 1993, p.87; CÂMARA, 2015, p.178). Apesar da presença de algum auxílio médico no campo de concentração, a falta de saneamento, a distribuição insuficiente de rações alimentares, além da proliferação de doenças agravada pelas altas taxas de aglomeração, resultaram nas condições precárias deste espaço, e com isso, no aumento do número de mortos (NEVES, 1995, p.97; NEVES, 2000, p.55).



Figura 2. Construção do bueiro da Rua São José, em Fortaleza, 19--. Foto por O. Justa. (Fonte: Biblioteca Nacional/Brasiliiana Fotográfica)

A mudança na estratégia de abrigo dos refugiados, recebidos inicialmente em múltiplos abarracamentos, para então concentrá-los em um único espaço (campo) foi uma forma de limitar ainda mais o acesso dos migrantes flagelados às dependências da cidade. Os abarracamentos, embora isolados, eram menos restritivos, e ainda estavam localizados em áreas urbanizadas de Fortaleza. O campo do Alagadiço foi alocado na periferia da cidade junto da estação de trem Alagadiço, onde os chamados “invasores” teriam pouco ou nenhum contato com o restante da população. O objetivo do governador coronel Benjamin Barroso ao construir o campo de concentração era evitar cenas de violência, crime, mendicância e prostituição no centro da cidade, algo que era recorrente durante as crises das secas anteriores à 1915. Devido à falta de documentação, é difícil estimar o tamanho e outras características físicas do campo do Alagadiço. Diferentemente das experiências seguintes, de campos de concentração construídos em 1932, o foco do campo de 1915 era isolar e vigiar os recém-chegados, sendo o uso destas pessoas como mão-de-obra em frentes de trabalho uma tarefa importante, mas secundária (MORALES, 2002, p.142). Com o fim da seca, o campo do Alagadiço foi se desmontando com o tempo, as pessoas se dispersaram, e hoje não há vestígios destas instalações.

5. A consolidação dos campos de concentração durante a seca de 1932

Apesar da experiência do campo de 1915, quando o próximo grande período de seca chegou em 1932, o governo do Ceará logo retomou esta mesma estratégia de auxílio e isolamento dos migrantes refugiados. Idelfonso Albano, Prefeito de Fortaleza entre 1912-1914 e 1921-1923, e Governador do Ceará entre 1923-

1924, defendeu com veemência a política dos campos de concentração, propondo não apenas sua continuação, mas o acréscimo de unidades a serem instaladas por todo o estado, a fim de evitar a periódica “invasão” de migrantes na capital (ALBANO, 1918). O estado do Ceará já tinha uma estratégia de controlar o movimento de migrantes em períodos de seca menos intensa, seja destinando-os a obras públicas no interior (estradas, barragens, ferrovias) ou oferecendo passagens para famílias se mudarem para as regiões Norte ou Sul do país. Entretanto, com o advento da grande seca de 1932, a proposta de Albano foi acatada, e o estado implementou cinco campos de concentração espalhados pelo território do Ceará, além dos dois campos dentro dos limites da capital, Fortaleza. Esses novos campos, diferentemente da experiência de 1915, agora implementariam diretamente “trabalho regular e rotina rigorosa” aos flagelados (NEVES, 1995, p.105). Kênia Sousa Rios explica que apesar dos migrantes refugiados das secas terem sido coagidos a trabalhar como mão-de-obra para projetos públicos de infraestrutura desde 1877, essas práticas ganharam força ao longo dos primeiros anos do século seguinte, mas só se consolidaram como política estadual e municipal durante a seca de 1932 (RIOS, 2014, p.48).

Essa consolidação do trabalho dos flagelados em obras públicas veio com a chegada de um novo regime político no país. A Revolução Brasileira de 1930, também conhecida como Golpe de Estado dos anos 30, encerrou o período denominado “República Velha” (1889-1930), e fez de Getúlio Vargas o novo presidente de um regime autoritário e centralizador que durou até 1945. O governo Vargas investiria pesadamente em estratégias para modernizar o país, sobretudo no que diz respeito a produção nacional, fazendo um esforço para mudar a nação que vinha de uma base econômica agrária para finalmente consolidar sua produção industrial. Essa perspectiva da modernização incentivou o governo a pensar o uso dos campos de concentração como locais majoritariamente de produção e não apenas para ajuda humanitária. Lúcia Arrais Morales faz uma clara distinção entre os campos de 1932 e as experiências anteriores, argumentando que sob Vargas, os campos se tornaram parte de um esforço de construção nacional. Enquanto o objetivo principal do campo de concentração de Fortaleza em 1915 era isolar e controlar os migrantes refugiados, em 1932 os campos tornaram-se um instrumento central na mobilização e controle de uma força de trabalho para obras públicas nas regiões Norte e Nordeste do país (MORALES, 2002, p.139).

Para consolidar os campos como espaços de trabalho, Vargas contou com seu ministro de Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida. José Américo era natural da Paraíba, outro estado do Nordeste fortemente afetado pelos períodos de seca, e ele via como uma grande vantagem o fato de que além de isolar os flagelados, as autoridades poderiam mobilizar sua força de trabalho, justificando tais ações com um discurso de construção nacional, mas também de crescimento individual “disciplinando as mentes e corpos” dos refugiados (NEVES, 1995, p.107). Os sertanejos flagelados tinham, em sua maioria, ascendência mestiça, sendo descendentes de colonos portugueses, escravos negros fugidos e indígenas nativos. Dado sua herança racial mista, flagelados eram vistos como típicos exemplos do que é ser brasileiro, e, portanto, pessoas que se encaixariam perfeitamente nos esforços de modernização cultural e econômica de Vargas. Ao mesmo tempo, os sertanejos enfrentavam forte

preconceito racial e de classe, sendo considerados culturalmente atrasados (BUCKLEY, 2017, p.12). Vargas e seus ministros se convenceram de que iniciativas como as frentes de trabalho e os campos de concentração no Nordeste estavam ajudando os migrantes sertanejos da seca, salvando-os e disciplinando-os.

Com o objetivo de centralizar todos os serviços relacionados ao atendimento aos flagelados, o Ministro José Américo designou uma única agência para receber e distribuir os fundos recebidos pelo Governo Federal em apoio contra as secas de 1932 para o IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, hoje DNOCS). Esta agência foi responsável por (1) construir novas barragens públicas e privadas; (2) construir novas estradas usando das populações flageladas como força de trabalho; e (3) impedir a circulação de migrantes da seca (SILVA, 2015, p.85). Os investimentos na região Nordeste durante a seca de 1932 corresponderam a cerca de 10% do orçamento nacional naquele ano – ante 1% nos anos anteriores⁵. Considerando este como um período de crise, uma vez que a seca acabou, os gastos e fundos governamentais também foram cortados. De todo modo, esse período de investimento federal no Ceará no início dos anos 1930 significou um momento de melhorias significativas na rede de infraestrutura e modernização deste estado nordestino: um avanço que, vale enfatizar, foi feito inteiramente às custas de uma população em situação subalterna e de vulnerabilidade, vivendo como migrantes refugiados nos campos de concentração.

6. Planejamento e desenvolvimento dos campos de concentração

O Ministério da Viação e Obras Públicas estabeleceu dois critérios principais para a instalação dos campos de concentração em 1932. Primeiramente, os campos deveriam ser espalhados pelo território do estado de forma a reduzir o acesso à capital Fortaleza e a outras cidades populosas, garantindo uma ocupação territorial uniforme. Em segundo lugar, eles precisavam estar conectados a uma fonte de trabalho em obras públicas, considerando especialmente grandes projetos de construção de infraestrutura (NEVES, 1995, p.108).

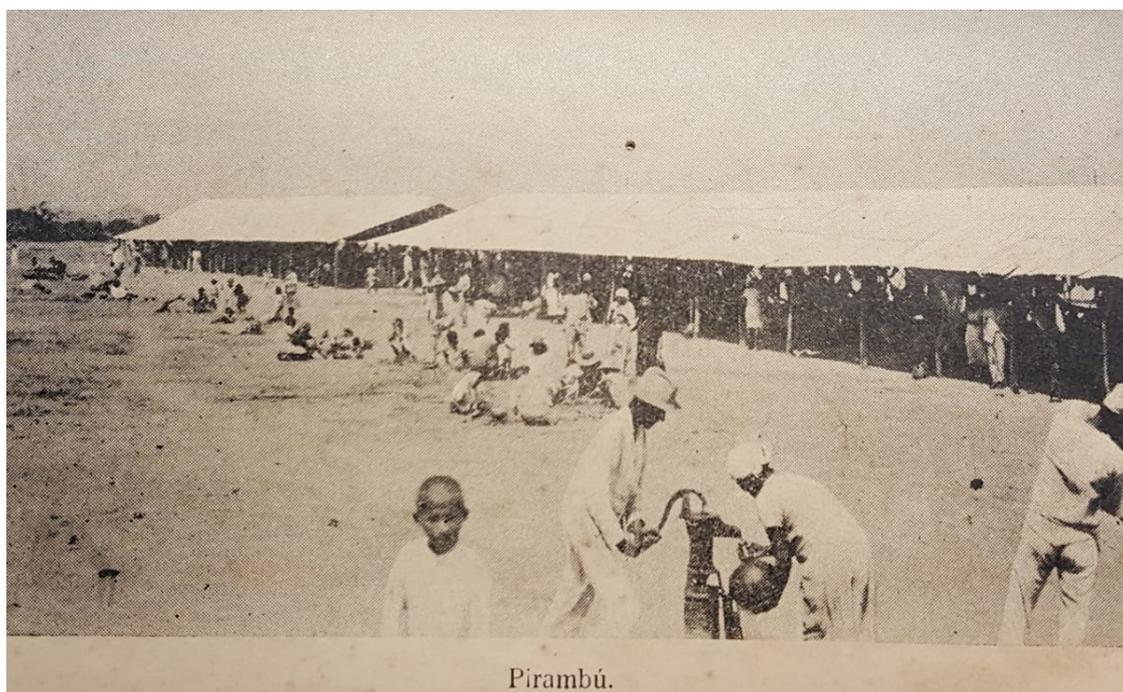


Figura 3. Campo do Urubú (Pirambú) em Fortaleza, 1932. (Fonte: Acervo DNOCS)

A “geografia da migração” dos refugiados da seca no Ceará seguia o caminho das linhas férreas. A princípio os trens facilitavam as viagens dos migrantes flagelados à capital, e mesmo com a suspensão da distribuição de passagens, refugiados vindos de regiões mais distantes continuaram chegando à Fortaleza em 1932, agora a pé, seguindo o caminho das locomotivas (RIOS, 2014, p.20). Portanto, foi justamente pelos “pontos de trem” que o governo optou por instalar os campos de concentração na tentativa de controlar com mais rigor o fluxo de refugiados. Uma vez instalados nesses locais, os campos receberam grande número de migrantes. Documentos oficiais de expedições médicas do IFOCS em 1932-1933 relatam que 70.000 homens, mulheres e crianças buscaram refúgio ou assistência em campos de concentração naquele ano, embora uma subnotificação seja provável, e que o dobro desse número de pessoas tenha passado pelos campos durante a seca de 1932⁶. Como os fundos de assistência federal aos campos estavam condicionados à prova de recrutamento de mão-de-obra, os administradores dos campos se concentravam não tanto na assistência aos necessitados, mas nas matrículas de trabalhadores (NEVES, 1995, p.113).

O projeto e a administração dos campos revelam a preocupação do Estado com a disciplina moral e física dos sertanejos como parte de um projeto maior de construção e modernização da nação. As instalações e infraestrutura dos campos de 1932 não eram muito diferentes das experiências anteriores. Os espaços dos campos consistiam em grandes áreas cercadas ou muradas. Normalmente os campos eram planejados para receber de duas a cinco mil pessoas, mas na prática essa previsão acabou sendo fortemente extrapolada. Algumas das instalações chegaram a receber mais de 50 mil flagelados (RIOS, 2014, p.93). Apesar de compartilharem os mesmos princípios de uso e organização espacial, cada um dos sete campos construídos em 1932 tinha suas próprias características, dimensões e regras. A maioria dos campos eram constituídos por grandes galpões temporários feitos de madeira e palha, onde

as famílias se abrigavam do sol e do calor. O acesso à água potável também foi fator determinante para o governo escolher a localização e implementação dos campos. A água era coletada de uma represa local, em cuja barragem os refugiados também estariam trabalhando, ou era bombeada de um poço artesiano (ver figura 3). Os campos também teriam espaços designados para atendimento hospitalar (ainda que com capacidade insuficiente), uma capela e uma cozinha para preparo e distribuição de alimentos. O campo do Buriti, por sua localização, era o maior dos sete campos e abrigava cerca de 70 mil pessoas. Buriti se encontrava no Crato, próximo a Juazeiro do Norte (um local popular de romaria), na divisa entre três estados. Para atender esses refugiados havia apenas quatro guardas contratados, três médicos e um hospital rudimentar com mais ou menos cem leitos disponíveis. Como resultado da insuficiência de instalações, o livro de óbitos do campo do Buriti registrava mais de quinhentas mortes por mês em 1933.

As atividades de todos os campos de concentração foram encerradas oficialmente em meados de 1933, quando as primeiras chuvas da estação marcaram o fim da seca. Jornais defenderam ideias como a distribuição de passagens para que os refugiados voltassem para suas casas no interior, ou se mudassem a outros estados, se ainda não estivessem alocados em alguma obra pública. Ao mesmo tempo, havia também a necessidade de se manter alguns trabalhadores em Fortaleza garantindo mão-de-obra barata para as obras de melhoramentos urbanos. No entanto, esse desejo sistêmico das elites de garantir o controle sobre os movimentos migratórios dos flagelados não se concretizou. Alguns sertanejos voltaram para o sertão, mas outros permaneceram na capital sem obedecer a nenhuma regra ou ordem governamental (RIOS, 2014, p.78). Uma vez que esses espaços não estavam mais em uso, os campos foram abandonados até sua decadência, e o conseqüente desaparecimento de suas estruturas físicas efêmeras. Hoje, dos sete campos de concentração construídos em 1932, apenas o Campo do Patú, em Senador Pompeu, tem vestígios físicos remanescentes (NEVES, 1995, p.110) (ver figura 4)⁷.



Figura 4. Estruturas remanescentes do Campo do Patú, em Senador Pompeu (CE). (Fonte: Laura Belik, 2018)

7. Conclusão

Apesar de serem parte importante da história cearense, configurando dinâmicas urbanas e sociais e estabelecendo desde cedo relações de poder e exclusão em Fortaleza, a existência dos campos de concentração é muito pouco conhecida até mesmo pela população local. A assistência aos refugiados da seca e às migrações em massa são tópicos amplamente compreendidos e presentes na vida das pessoas, mas um olhar mais atento sobre a ajuda do governo e as estratégias de implementação de uma infraestrutura específica – e seus objetivos tendenciosos – são em sua maioria apagados ou omitidos. Ainda que projetos e políticas como os campos de concentração não foram mais colocados em prática após os eventos de 1932, podemos reconhecer programas governamentais posteriores que seguiram uma ordem semelhante no Ceará. Um exemplo é o caso dos Pousos - Centros de Recrutamento do SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), construídos no início da década de 1940 para abrigar voluntários enviados à Amazônia para trabalhar como seringueiros na produção de borracha para os aliados durante a segunda guerra mundial. Também podemos reconhecer os efeitos da política dos campos de concentração na paisagem de Fortaleza hoje. A área antes ocupada pelo campo do Urubú (Pirambú), com mais de seis mil refugiados em 1932, compreende hoje o maior conglomerado de comunidades de baixa renda da cidade, com mais de 115.000 moradores. Mas o legado mais importante dos campos de concentração é menos direto, baseado não nos vestígios físicos dos próprios campos, mas nas estradas, barragens e outras obras de infraestrutura construídas com o trabalho árduo dos migrantes refugiados. A memória dos campos nos conta a história de como a construção de infraestrutura no Nordeste

do Brasil foi (e continua sendo) tanto uma construção social quanto física, tanto um projeto de construção nacional quanto um esforço para disciplinar e controlar um proletariado rural sem terra. A espacialidade dos campos e as consequências destas construções como políticas públicas locais são uma parte crucial da história do Ceará e do projeto de modernização brasileiro. O desconhecimento generalizado sobre a história dos campos de concentração cearenses, e o silenciamento desta parte da história urbana de Fortaleza é também símbolo da perpetuação das narrativas hegemônicas sobre a cidade. Expor e disseminar as vozes e experiências subalternas dos campos é uma forma de resistência e abertura a um entendimento mais amplo sobre nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

ALBANO, Ildfonso. **O secular problema da seca**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1918.

AMÉRICO DE ALMEIDA, José de. **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade 1810-1933**. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

AZEVEDO, Dalila Arruda. “Curral dos flagelados: disciplinamento e isolamento no campo de concentração na obra “O quinze”, de Raquel de Queiroz”. **Anais da Semana de Humanidades: Humanidades: Entre Fixos e Fluxos**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Universidade Estadual do Ceará, 2011, pp. 1-15.

BUCKLEY, Eve E. **Technocrats and the Politics of Drought and development in the Twentieth-Century Brazil**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2017.

CÂMARA, Yzy Maria Rabelo; CÂMARA YIs Rabelo. “Campos de Concentração no Ceará: Uma realidade retratada por Rachel de Queiroz em O Quinze (1930)”. **Revista Entrelaces**. Fortaleza: Ano V, N. 06, Jul-Dez 2015, pp. 171-182.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC Casa de José Alencar/ Programa Editorial, 1997 [1979].

MONTEIRO, Sandra Paula Evaristo. **Projeto Vila do Mar no Grande Pirambú: Avanços e Retrocessos**. Mestrado em Geografia – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

MORALES, Lúcia Arraes. **Vai e Vem, Vira e Volta: As rotas dos soldados da borracha**. São Paulo: Annablume/ Fortaleza: Secult, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. “Curral dos Bárbaros: Os Campos de Concentração no Ceará (1915-1932)”. **Revista Brasileira de Historia**. São Paulo: V. 15, N.29, 1995, pp. 93-122.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: Saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumar; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. São Paulo: Siciliano, 1993 [1930].

RIOS, Kenia Sousa. **Isolamento e Poder: Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará /UFC, 2014.

SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935)**. Mestrado em História – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste apresentada ao Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde Pública em 30 de Agosto de 1933. Escrito por Dr. J. Bonifacio P. da Costa – Chefe da Comissão. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro & Cia. 1936/ Acervo DNOCS

¹ Termo atribuído ao jornalista Antônio Callado (*Correio da Manhã*, 1958).

² A Historiadora Kênia Sousa Rios identificou dois principais grupos divergentes dentre a elite de Fortaleza neste período: aqueles ligados ao comércio, e os mais conservadores burgueses católicos. (RIOS, 2014, p.34)

³ Na seca de 1877, com a chegada das primeiras grandes levas de migrantes à Fortaleza, a cidade também sofreu a maior epidemia de varíola já registrada (ANDRADE, 2012, p.131)

⁴ Muitos dos recém-chegados foram enviados para abarracamentos, mas não se sabe o número exato. (NEVES, 2000, p.48)

⁵ “*Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)*”. Em: FGV CPDOC. <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-nacional-de-obras-contra-as-secas-dnocs> (Acesso em 12/12/2022)

⁶ *Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste*, apresentada pelo Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde Pública em 30 de Agosto, 1933. Escrito por Dr. J. Bonifacio P. da Costa – Chefe da comissão. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro & Cia. 1936/ Acervo DNOCS

⁷ O Campo do Patú, na cidade de Senador Pompeu (CE) foi declarado Sítio Histórico do Patú e tombado a nível municipal em 2019. Em 2022 o local recebeu reconhecimento histórico a nível estadual, sendo seu tombamento feito por intermédio da Secretaria da Cultura do Ceará (Secult), pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE), pela Prefeitura de Senador Pompeu e pela Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa.